



EJA e Protagonismo Juvenil: Quando o Aluno se Torna Autor da Própria História

Youth and Adult Education (EJA) and Youth Protagonism: When the Student Becomes the Author of Their Own Story

Elizangela Maria de Assis Silva

Resumo: Este estudo discute a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como política pública de inclusão educacional e social, destacando os desafios relacionados às práticas pedagógicas tradicionais e à necessidade de valorização do protagonismo estudantil. Com base em referenciais teóricos, especialmente de Paulo Freire, analisa-se a importância de reconhecer os educandos como sujeitos ativos, portadores de saberes construídos ao longo de suas trajetórias. Evidencia-se que a valorização dessas experiências contribui para a construção de uma aprendizagem significativa, fortalecendo a autonomia, a cidadania e a transformação social. Conclui-se que a EJA deve ser orientada por práticas dialógicas e inclusivas, capazes de promover o desenvolvimento integral dos estudantes.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos; protagonismo estudantil; inclusão educacional; práticas pedagógicas; cidadania.

Abstract: This study discusses Youth and Adult Education (EJA) as a public policy for educational and social inclusion, highlighting challenges related to traditional pedagogical practices and the need to value student protagonism. Based on theoretical references, especially from Paulo Freire, it analyzes the importance of recognizing students as active subjects who carry knowledge built throughout their life trajectories. The study shows that valuing these experiences contributes to meaningful learning, strengthening autonomy, citizenship, and social transformation. It concludes that EJA should be guided by dialogical and inclusive practices that promote the integral development of students.

Keywords: Youth and Adult Education; student protagonism; educational inclusion; pedagogical practices; citizenship.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9.394/1996, em seu artigo 37, estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida”. Tal dispositivo legal reconhece a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como um direito e como uma modalidade fundamental para garantir a inclusão educacional de sujeitos que, por diferentes motivos, tiveram seus percursos escolares interrompidos. Contudo, ao se observar a realidade educacional brasileira, percebe-se que ainda são necessários ajustes significativos para que essa legislação alcance, de forma efetiva, o maior número possível de indivíduos que necessitam desse segmento educacional.

Na prática, a EJA enfrenta desafios que ultrapassam a simples oferta de vagas, exigindo políticas públicas mais eficazes e propostas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos educandos. Muitos jovens e adultos que retornam à escola carregam histórias de vida marcadas pelo trabalho precoce, pela exclusão social e por experiências escolares fragmentadas. Diante desse contexto, torna-se fundamental repensar a forma como a EJA é implementada, de modo que ela contribua, de fato, para a formação e o desenvolvimento integral dos educandos.

Nesse sentido, este capítulo propõe-se a abordar questões pertinentes e relevantes à implementação da EJA, considerando o protagonismo dos educandos em seu próprio processo educativo. Compreender o estudante da EJA como sujeito ativo implica reconhecê-lo como portador de saberes, experiências e conhecimentos construídos ao longo de sua trajetória de vida. Valorizar esse protagonismo significa possibilitar que o educando participe de forma crítica e consciente do processo de aprendizagem, tornando-se autor de sua própria história.

A EJA passou recentemente por processos de reformulação, com o estabelecimento de novos parâmetros funcionais, com o objetivo de atualizar e democratizar, cada vez mais, o ensino destinado a jovens e adultos. Essas mudanças buscam considerar a história de vida e o ambiente social em que esses sujeitos estão inseridos, bem como o papel que desempenham na sociedade. Ao ter acesso a uma educação transformadora e estruturante, o educando da EJA amplia suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho, fortalece sua autonomia e exerce de forma mais plena sua cidadania.

Assim, refletir sobre a EJA e o desafio do protagonismo torna-se essencial para compreender seu papel na promoção da inclusão educacional e social, reafirmando a educação como um direito e como um instrumento de transformação da realidade.

APRESENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E SOCIAL

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se como uma política pública estratégica para a promoção da inclusão educacional e social, considerando que o Brasil é um país marcado por profundas desigualdades históricas, econômicas e culturais. Nesse contexto, esse tipo de programa governamental torna-se de grande relevância para assegurar o direito à escolarização de sujeitos que tiveram seus percursos educacionais interrompidos ou negados ao longo de suas trajetórias de vida. A EJA ultrapassa, portanto, a função meramente compensatória, assumindo um papel fundamental na construção da cidadania, na valorização dos saberes populares e na ampliação das possibilidades de participação social.

Nesse sentido, a EJA deve ser compreendida como parte integrante de um projeto democrático de educação, comprometido com a justiça social e com a emancipação de sujeitos que, por diferentes motivos, não conseguiram concluir ou

dar continuidade aos estudos no sistema regular de ensino. Trata-se, muitas vezes, de indivíduos historicamente excluídos do sistema educacional, cujas experiências evidenciam a necessidade de políticas públicas que promovam não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso escolar.

Enquanto política pública, a EJA busca incluir uma parcela da sociedade penalizada por processos que resultaram na exclusão escolar e que, em grande parte, não decorrem de escolhas individuais, mas de fatores estruturais, como a pobreza, as desigualdades regionais e a ausência ou fragilidade de políticas educacionais efetivas. A negação do acesso à educação básica, sobretudo às populações trabalhadoras, evidencia a urgência de ações estatais que garantam não apenas o ingresso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos com qualidade social, o que ainda se apresenta como um grande desafio. Assim, a EJA assume caráter reparador e nivelador, reafirmando o direito à educação como princípio constitucional e condição fundamental para o exercício pleno da cidadania.

Essa compreensão dialoga diretamente com o pensamento de Paulo Freire, cuja obra oferece fundamentos teóricos essenciais para a consolidação da EJA como prática educativa crítica e libertadora. Em *Pedagogia do Oprimido*, Freire (1987) denuncia os mecanismos de opressão que mantêm amplos segmentos da população à margem do acesso ao conhecimento sistematizado, defendendo uma educação que possibilite a leitura crítica do mundo e a superação das condições de opressão. Para o autor, a educação deve ser compreendida como um ato político, capaz de promover a conscientização e a transformação da realidade, e não como um instrumento de reprodução das desigualdades sociais.

Nessa perspectiva, a EJA não pode ser reduzida a um modelo transmissivo de ensino, centrado na mera adaptação de conteúdos escolares. Ao contrário, deve constituir-se como um espaço de diálogo, escuta e valorização das experiências de vida dos educandos. Freire enfatiza que “ninguém educa ninguém, ninguém se educa sozinho, os homens se educam em comunhão” (Freire, 1987), ressaltando a importância da construção coletiva do conhecimento. Todos os sujeitos, portanto, possuem saberes prévios que precisam ser reconhecidos, valorizados e incorporados ao processo educativo como forma de inclusão e de fortalecimento da cultura local.

Tal concepção reforça a necessidade de práticas pedagógicas que reconheçam os sujeitos da EJA como protagonistas de seu processo educativo, capazes de refletir criticamente sobre sua realidade e atuar conscientemente na transformação social. Em *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996) aprofunda essa discussão ao afirmar que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, ética, criticidade e compromisso com a autonomia. Para o autor, a educação deve contribuir para a formação de sujeitos capazes de tomar decisões, posicionar-se diante dos desafios da vida social e exercer sua liberdade de forma responsável.

Esses princípios mostram-se especialmente relevantes no contexto da EJA, em que os educandos trazem consigo conhecimentos construídos no trabalho, na família, na comunidade e nas lutas cotidianas pela sobrevivência. Reconhecer tais saberes constitui condição indispensável para uma educação verdadeiramente inclusiva e humanizadora. Desse modo, a EJA, enquanto política pública de inclusão

educacional e social, precisa articular-se a uma proposta pedagógica que promova o diálogo entre o conhecimento científico e os saberes populares, fortalecendo a autonomia intelectual e política dos educandos.

Para que esse processo se efetive, é necessário que os educadores assumam um papel central na superação de métodos tradicionais de ensino, adotando práticas pedagógicas que respeitem a singularidade cultural e social dos sujeitos envolvidos. Ao possibilitar o acesso à escolarização básica, a EJA contribui para a ampliação das oportunidades de inserção no mundo do trabalho, para o fortalecimento da autoestima e para a participação ativa na vida social e comunitária.

Nesse contexto, reafirmar a EJA como política pública implica reconhecer seu potencial transformador e seu compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Inspirada nos pressupostos freireanos, a Educação de Jovens e Adultos deve ser compreendida como um espaço de formação crítica, no qual educadores e educandos constroem, conjuntamente, caminhos para a superação das desigualdades e para a efetivação do direito à educação ao longo da vida. Assim, a EJA consolida-se como instrumento de inclusão social, emancipação humana e fortalecimento da cidadania, reafirmando a educação como prática de liberdade.

O DESAFIO DE SUPERAR PRÁTICAS PEDAGÓGICAS TRADICIONAIS NA EJA

Um dos grandes entraves enfrentados pela Educação de Jovens e Adultos (EJA) está na superação de práticas pedagógicas tradicionais, ainda fortemente presentes em muitas salas de aula. Essas práticas, geralmente baseadas em um modelo transmissivo, priorizam a simples transferência de conteúdos, sem promover o diálogo, a reflexão crítica ou a participação ativa dos estudantes. Nesse modelo, o educando é frequentemente visto como um receptor passivo, alguém que apenas “absorve” informações, sem espaço para questionar, interagir ou construir conhecimento de forma significativa.

Essa perspectiva, amplamente criticada por pensadores da educação, mostra-se especialmente inadequada no contexto da EJA. Isso porque os estudantes dessa modalidade não chegam à escola como “folhas em branco”. Ao contrário, carregam consigo uma trajetória de vida rica em experiências, saberes e vivências adquiridas no trabalho, na convivência social, na cultura local e nas práticas comunitárias. Ignorar esse repertório significa desvalorizar sua identidade e enfraquecer o vínculo com o processo educativo, aspecto que reforça as contribuições de Maria Clara Di Pierro ao enfatizar a centralidade dos saberes dos educandos nas práticas pedagógicas da EJA.

Nas regiões rurais e nas periferias nordestinas, essa realidade se torna ainda mais evidente. Nesses contextos, o conhecimento não está restrito ao espaço escolar: ele se manifesta no cotidiano, na oralidade, nas tradições culturais e nas estratégias de sobrevivência desenvolvidas ao longo do tempo. Quando a escola

desconsidera esses saberes, ela não apenas limita o aprendizado, mas também distancia o estudante de sua própria realidade.

Diante disso, torna-se essencial repensar as práticas pedagógicas, rompendo com metodologias rígidas e pouco flexíveis. É necessário construir um ambiente educativo que valorize a escuta, o diálogo e a troca de experiências, reconhecendo o estudante como sujeito ativo no processo de aprendizagem. Essa mudança exige do educador uma postura mais sensível e aberta, capaz de integrar os conhecimentos prévios dos alunos aos conteúdos escolares, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

O PROTAGONISMO ESTUDANTIL COMO CAMINHO TRANSFORMADOR

Nesse cenário, o protagonismo estudantil emerge como um elemento central para a construção de uma EJA mais humana, inclusiva e transformadora. Ser protagonista não significa apenas participar das aulas, mas assumir um papel ativo na própria formação, contribuindo com ideias, experiências e reflexões. Trata-se de reconhecer o estudante como alguém capaz de pensar, questionar e transformar a realidade ao seu redor.

Na EJA, esse protagonismo ganha uma dimensão ainda mais potente. Muitos estudantes retornam à escola após longos períodos afastados, trazendo consigo histórias marcadas por desafios, interrupções e, muitas vezes, exclusões. Ao serem acolhidos em um ambiente que valoriza sua voz e sua trajetória, esses sujeitos passam a enxergar a educação não apenas como uma obrigação, mas como uma oportunidade de reconstrução pessoal e social.

Nas comunidades rurais e nas periferias do Nordeste, o protagonismo estudantil também assume um papel estratégico. A escola pode se tornar um espaço de fortalecimento da identidade cultural, de valorização dos saberes locais e de construção coletiva de soluções para os problemas enfrentados pela comunidade. Projetos que envolvem a realidade dos alunos, rodas de conversa, atividades colaborativas e práticas interdisciplinares são exemplos de caminhos que favorecem esse protagonismo

O ESTUDANTE DA EJA COMO SUJEITO DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA

Reconhecer o estudante da EJA como sujeito ativo de sua trajetória formativa e social é um passo fundamental para a construção de uma educação mais justa e eficaz. Cada educando carrega uma história singular, marcada por experiências de vida que influenciam diretamente sua forma de aprender, de se relacionar e de compreender o mundo.

Quando o professor valoriza essas trajetórias, contribui significativamente para o fortalecimento da autoestima dos estudantes. Esse reconhecimento gera pertencimento, motivação e engajamento, fatores essenciais para garantir a permanência na escola e a continuidade dos estudos. Afinal, muitos alunos da EJA enfrentam desafios cotidianos relacionados ao trabalho, à família e às condições socioeconômicas, o que torna o processo educativo ainda mais complexo.

Nesse contexto, o papel do professor vai muito além da transmissão de conteúdos. Ele se torna mediador, orientador e incentivador, criando condições para que os estudantes desenvolvam autonomia, pensamento crítico e confiança em suas próprias capacidades. É por meio dessa relação dialógica e respeitosa que o aprendizado ganha sentido e se transforma em ferramenta de emancipação.

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOCULTURAL

Quando orientada pelo protagonismo estudantil e pelo reconhecimento dos saberes dos educandos, a EJA se consolida como uma poderosa ferramenta de transformação sociocultural. Mais do que ensinar conteúdos, a escola passa a desempenhar um papel fundamental na formação de cidadãos conscientes, críticos e participativos.

Nas regiões rurais e nas periferias nordestinas, essa transformação assume um caráter ainda mais significativo. A educação pode abrir caminhos para novas oportunidades, ampliar horizontes e fortalecer o exercício da cidadania. Além disso, ao valorizar a cultura local e os saberes tradicionais, a EJA contribui para a preservação da identidade e da memória coletiva dessas comunidades.

A escola, nesse sentido, deixa de ser apenas um espaço de ensino e passa a ser um espaço de resistência, de construção coletiva e de esperança. É nela que se articulam saberes, experiências e projetos de vida, criando possibilidades reais de mudança social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento do protagonismo estudantil na EJA é essencial para garantir não apenas o acesso à educação, mas também a permanência e o sucesso dos educandos. Para que isso se concretize, é indispensável superar práticas pedagógicas tradicionais e construir um ambiente escolar mais acolhedor, participativo e significativo.

Ao reconhecer o estudante como sujeito ativo de sua própria trajetória, a escola se transforma em um espaço vivo, dinâmico e comprometido com a realidade de seus alunos, reafirmando, como defendem Maria Clara Di Pierro e Moacir Gadotti, que a educação deve estar a serviço da emancipação humana e da transformação social. Essa transformação não impacta apenas o indivíduo, mas reverbera em

toda a comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e consciente. Assim, a EJA reafirma seu papel capaz de ressignificar histórias, reconstruir caminhos e promover novas possibilidades de futuro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 3, de 8 de abril de 2025**. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 9 abr. 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

GADOTTI, Moacir. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.